

Superior Tribunal de Justiça

EDcl no AgInt na RECLAMAÇÃO Nº 38992 - SP (2019/0290401-0)

RELATOR : MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO

EMBARGANTE : LPS BRASIL - CONSULTORIA DE IMOVEIS S/A.

ADVOGADOS : HÉLIO YAZBEK - SP168204

FERNANDA AMATO DE MORAES QUINTEIRO E

OUTRO(S) - SP196250

ALEX SANDRO PAULO BARRETO - SP237276

EMBARGADO : LUCELIA DA SILVA

ADVOGADO : WILLIANS ALVES BERLOFFA - SP088870

RECLAMADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

EMENTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO INTERNO NA RECLAMAÇÃO. AUSÊNCIA DE OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE.

1. Os embargos de declaração objetivam sanar eventual existência de obscuridade, contradição, omissão e/ou erro material no julgado (CPC, art. 1022), sendo inadmissível a oposição para rediscutir questões tratadas e devidamente fundamentadas na decisão embargada, mormente porque não são cabíveis para provocar novo julgamento da lide.

2. Embargos de declaração rejeitados.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, rejeitar os embargos de declaração, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Nancy Andrichi, Raul Araújo, Paulo de Tarso Sanseverino, Antonio Carlos Ferreira, Ricardo Villas Bôas Cueva, Marco Buzzi, Marco Aurélio Bellizze e Moura Ribeiro votaram com o Sr. Ministro Relator. Presidiu o julgamento a Sra. Ministra Maria Isabel Gallotti.

Brasília, 31 de março de 2020 (Data do Julgamento)

Ministro Luis Felipe Salomão
Relator